



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Ministerial
Execução de Mandados

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'Q17', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão; mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao fiscal da sala todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 9.

Com a genial invenção das vogais no alfabeto grego, a escrita estava se disseminando pela Grécia antiga – e Sócrates, o homem mais sábio de todos os tempos, temia um desastre. Apreciador da linguagem oral, achava que só o diálogo, a retórica, o discurso, só a palavra falada estimulava o questionamento e a memória, os únicos caminhos que conduziam ao conhecimento profundo. Temia que os jovens atenienses, com o recurso fácil da escrita e da leitura, deixassem de exercitar a memória e perdessem o hábito de questionar. O grande filósofo intuiu que a transição da linguagem oral para a escrita seria uma revolução. E assim foi. Numa direção promissora, porém, que permitiu o mais esplêndido salto intelectual da civilização ocidental.

Agora, 2.500 anos depois, estamos às voltas com outra transição revolucionária. Da cultura escrita para a digital, é uma mudança de fundamentos como não ocorre há milênios. A forma física que o texto adquire num papiro de 3.000 anos antes de Cristo ou numa folha de papel da semana passada não é essencialmente distinta. Nos dois casos, existem enormes diferenças de qualidade e clareza, mas é sempre tinta sobre uma superfície maleável. Na era digital, a mudança é radical. O livro eletrônico oferece uma experiência visual e tátil inteiramente diversa.

Sob qualquer ângulo que se examine o cenário, é um momento histórico. Desde que os gregos criaram as vogais – o "aleph" semítico era uma consoante, que virou o "alfa" dos gregos e depois o "a" do alfabeto latino –, o ato de ler e escrever não sofria tamanho impacto cognitivo. Desde os tipos móveis de Gutenberg, o livro não recebia intervenção tecnológica tão significativa. O temor é que o universo digital, com abundância de informações e intermináveis estímulos visuais e sonoros, roube dos jovens a leitura profunda, a capacidade de entrar no que o grande filósofo Walter Benjamin chamou de "silêncio exigente do livro".

Leitura profunda não é esnobismo intelectual. É por meio dela que o cérebro cria poderosos circuitos neuronais. "O homem nasce geneticamente pronto para ver e falar, mas não para ler. Ler não é natural. É uma invenção cultural que precisa ser ensinada ao cérebro", explica a neurocientista Maryanne Wolf, autora de obra sobre o impacto da leitura no cérebro. Para tanto, ele tem de conectar os neurônios responsáveis pela visão, pela linguagem e pelo conceito. Em suma, precisa redesenhar a estrutura interna, segundo suas circunstâncias. Ao criar novos caminhos, expande sua capacidade de pensar, multiplicando as possibilidades intelectuais – o que, por sua vez, ajuda a expandir ainda mais a capacidade de pensar, numa esplêndida interação em que o cérebro muda o meio e o meio muda o cérebro. Pesquisadores investigam se a construção dos circuitos neuronais está sendo afetada nessa mudança para a era digital.

(Adaptado de: André Petry. **Veja**, 19 de dezembro de 2012, p. 151-6)

1. É correto concluir do texto:
 - (A) Apesar dos receios de alguns filósofos, a passagem da linguagem falada para a escrita, na Grécia antiga, foi uma mudança revolucionária que levou os jovens atenienses à prática do diálogo.
 - (B) Ainda não há dados conclusivos a respeito das implicações trazidas ao funcionamento cerebral pelos numerosos estímulos propiciados por uma leitura virtual.
 - (C) Devido à quantidade e à rapidez de estímulos visuais, as alterações surgidas com o desenvolvimento tecnológico, ligadas ao ato de ler, tendem a facilitar a ampliação dos circuitos cerebrais.
 - (D) Além dos estímulos ao funcionamento cerebral, as facilidades oferecidas pela tecnologia em relação aos livros virtuais justificam a influência que a leitura digital exerce nos jovens.
 - (E) Com base em estudos feitos por especialistas, o desenvolvimento cerebral ocorre naturalmente, por suas características genéticas, a partir da interação entre visão e linguagem.
2. Em relação ao último parágrafo, é correto afirmar que seu conteúdo
 - (A) se destaca do desenvolvimento dos demais parágrafos, por introduzir um assunto ainda não abordado anteriormente.
 - (B) apresenta possíveis razões que confirmam a superioridade da leitura digital sobre aquela realizada no livro impresso.
 - (C) remete a falhas nas pesquisas sobre leitura que estão sendo feitas na área da neurociência, por não apresentarem resultados concretos.
 - (D) é principalmente explicativo, ao oferecer informações sobre o funcionamento dos mecanismos cerebrais ativados no ato de ler.
 - (E) retoma os argumentos que vêm sendo desenvolvidos em todo o texto, apresentando uma síntese do assunto tratado.
3. O sentido da expressão "silêncio exigente do livro", como se lê no 3º parágrafo, se explica
 - (A) pela atenção e concentração necessárias para a análise e a consequente assimilação do conteúdo de uma obra impressa.
 - (B) pela dificuldade de leitura encontrada, por vezes, em obras impressas que não têm a clareza necessária ao entendimento do conteúdo.
 - (C) pela obrigatoriedade da leitura de obras clássicas, no caso do livro impresso, diferentemente das opções oferecidas pelo mundo virtual.
 - (D) pelos estímulos digitais que favorecem a apreensão de informações rápidas e múltiplas, possibilitando uma abrangente formação cultural.
 - (E) pelo esforço empregado no manuseio de um livro impresso, em oposição à praticidade e ao conforto oferecidos pela leitura virtual.



<p>4. <i>Numa direção promissora, porém, que permitiu o mais esplêndido salto intelectual da civilização ocidental.</i></p> <p>A presença da conjunção grifada acima indica, no contexto do 1º parágrafo,</p> <p>(A) confirmação de que <i>a escrita estava se disseminando pela Grécia antiga.</i></p> <p>(B) contraponto à afirmativa de que Sócrates, com seu apreço pela <i>linguagem oral, temia um desastre.</i></p> <p>(C) constatação de que <i>só a palavra falada estimulava o questionamento e a memória.</i></p> <p>(D) hipótese provável de que <i>os jovens atenienses perderiam o hábito de questionar.</i></p> <p>(E) concordância com o fato de que <i>a transição da linguagem oral para a escrita seria desastrosa, segundo Sócrates.</i></p>	<p>7. O segmento final, introduzido pelo sinal de travessão, remete a uma relação (último parágrafo)</p> <p>(A) de oposição entre os estímulos cerebrais e as causas que originam esses estímulos.</p> <p>(B) espacial entre os estímulos intelectuais que determinam o funcionamento do cérebro.</p> <p>(C) predeterminada de certas condições impostas ao funcionamento dos neurônios, na leitura digital.</p> <p>(D) temporal entre elementos sucessivos que desencadeiam mudanças nos circuitos cerebrais.</p> <p>(E) mútua de causa e efeito, que tende a favorecer o aprimoramento intelectual.</p>
<p>5. <i>Sob qualquer ângulo que se examine o cenário, é um momento histórico.</i> (início do 3º parágrafo)</p> <p>A afirmativa acima se baseia no fato de que</p> <p>(A) o impacto causado pela tecnologia que propicia a leitura digital assemelha-se à revolução resultante da transição da linguagem oral para a escrita, na Grécia antiga.</p> <p>(B) as mudanças em relação à leitura, que passa a ser virtual, são idênticas às que ocorreram na Grécia antiga, com a invenção das vogais.</p> <p>(C) o livro digital, apesar das inovações tecnológicas, mantém sua proximidade com os tipos móveis inventados há séculos por Gutenberg.</p> <p>(D) a história referente à escrita, surgida há milênios, vem se repetindo no decorrer do tempo, desde a invenção dos tipos que permitiram a impressão de livros.</p> <p>(E) o acentuado desenvolvimento tecnológico tem melhorado, a partir de estímulos visuais, a relação humana com a leitura.</p>	<p>8. – o "<i>aleph</i>" semítico era uma consoante, que virou o "<i>alfa</i>" dos gregos e depois o "<i>a</i>" do alfabeto latino – (3º parágrafo)</p> <p>O segmento acima, isolado por travessões, constitui</p> <p>(A) repetição de dados constantes do parágrafo.</p> <p>(B) enumeração de condições para o uso da escrita.</p> <p>(C) comentário informativo e explicativo.</p> <p>(D) restrição ao assunto abordado anteriormente.</p> <p>(E) finalidade do uso das vogais no mundo grego.</p>
<p>Atenção: Considere o segmento abaixo para responder às questões de números 6 e 7.</p> <p><i>Ao criar novos caminhos, [o cérebro] expande sua capacidade de pensar, multiplicando as possibilidades intelectuais – o que, por sua vez, ajuda a expandir ainda mais a capacidade de pensar, numa esplêndida interação em que o cérebro muda o meio e o meio muda o cérebro.</i> (4º parágrafo)</p> <p>6. O segmento grifado pode ser corretamente substituído, sem alteração do sentido original, por:</p> <p>(A) Conquanto crie novos caminhos.</p> <p>(B) Caso crie novos caminhos.</p> <p>(C) A fim de que crie novos caminhos.</p> <p>(D) À medida que cria novos caminhos.</p> <p>(E) De modo que cria novos caminhos.</p>	<p>9. ... <i>só a palavra falada estimulava o questionamento e a memória...</i> (1º parágrafo)</p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está na frase:</p> <p>(A) ... <i>explica a neurocientista Maryanne Wolf...</i></p> <p>(B) ... <i>que permitiu o mais esplêndido salto intelectual da civilização ocidental.</i></p> <p>(C) <i>A forma física que o texto adquire num papiro...</i></p> <p>(D) ... <i>que o universo digital (...) roube dos jovens a leitura profunda...</i></p> <p>(E) ... <i>o livro não recebia intervenção tecnológica...</i></p> <p>10. As normas de concordância verbal e nominal estão inteiramente respeitadas na frase:</p> <p>(A) Já fazem séculos que, depois da argila, do papiro e do pergaminho, as pessoas, para transmitir seu conhecimento, se utiliza do papel.</p> <p>(B) Durante séculos, o tipo da letra, o entrelinhamento e os espaços em branco de um livro impresso foi aperfeiçoado para estimular o hábito da leitura.</p> <p>(C) É fundamental que as novas gerações, às voltas com a influência da tecnologia, sejam capazes de ler bem e de refletir, atentas aos aspectos relevantes de uma obra.</p> <p>(D) Estudiosos do nosso tempo, tal como Sócrates na Antiguidade em relação à escrita, se preocupa com o possível impacto do mundo digital na transmissão da cultura.</p> <p>(E) No momento, existe algumas pesquisas em que já se busca dados que avaliem a extensão do impacto causado ao cérebro pela leitura digital.</p>

**Matemática e Raciocínio Lógico**

11. Um prêmio total de loteria foi dividido igualmente entre três ganhadores. Depois da entrega do prêmio, descobriu-se que havia um quarto ganhador, que deveria ter recebido $\frac{1}{4}$ do prêmio total. Para corrigir o erro, os organizadores do evento recolheram x reais de cada ganhador que havia recebido o prêmio, e transferiram o dinheiro recolhido para o quarto ganhador. O prêmio total dessa loteria, em reais, foi igual a
- (A) $4x$
- (B) $16x$
- (C) $12x$
- (D) $9x$
- (E) $8x$
-
12. Em um código secreto, as cinco vogais correspondem aos cinco primeiros números ímpares positivos, não necessariamente na mesma ordem. Se $A + E = U + O = 12$, então, o número que corresponde à letra I é
- (A) 7.
- (B) 3.
- (C) 5.
- (D) 1.
- (E) 9.
-
13. Um dado de seis faces possui uma fração, positiva e irredutível, diferente, marcada em cada uma de suas faces. Cinco dessas faces estão marcadas com as frações irredutíveis $\frac{3}{4}, \frac{1}{2}, \frac{2}{3}, \frac{5}{6}$ e $\frac{4}{3}$. Esse dado foi lançado duas vezes. Se as frações obtidas em cada lançamento foram diferentes, e sua soma foi $\frac{7}{12}$, então, uma das frações obtidas em um dos dois lançamentos necessariamente foi
- (A) $\frac{3}{4}$
- (B) $\frac{2}{3}$
- (C) $\frac{1}{3}$
- (D) $\frac{1}{12}$
- (E) $\frac{4}{3}$



<p>14. Ana, Bruna, Clara e Débora são praticantes experientes de quatro esportes diferentes, e estão devidamente trajadas para sua prática. Os esportes praticados por elas, não necessariamente nessa ordem, são: futebol de campo, tênis, natação e ciclismo. Sabe-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Ana não pratica esporte com bola; – Débora disse que seu irmão tem uma raquete igual a que Bruna está usando; – Clara não sabe nadar. – Débora não está usando chuteira. <p>De acordo com os dados disponíveis, é correto concluir que, necessariamente,</p> <p>(A) Clara pratica futebol.</p> <p>(B) Ana pratica natação.</p> <p>(C) Débora pratica natação.</p> <p>(D) Bruna pratica futebol.</p> <p>(E) Débora pratica ciclismo.</p>	<p>17. Quanto às garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público, é correto afirmar que</p> <p>(A) devem receber o mesmo tratamento jurídico e protocolar dispensados ao Chefe do Poder Executivo Estadual.</p> <p>(B) podem ingressar e tramitar livremente nas sessões dos Tribunais, respeitados os limites que separam a parte reservada aos Magistrados.</p> <p>(C) terão porte de arma, com validade condicionada a prévio ato formal de licença ou autorização.</p> <p>(D) poderão ter acesso ao indiciado preso, a qualquer momento, desde que não decretada sua incomunicabilidade.</p> <p>(E) o membro vitalício poderá perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação própria, por exercício da advocacia.</p>
<p>15. Em uma mesa circular com quatro cadeiras igualmente espaçadas irão se sentar Arnaldo, Bruno, Carlos e Dalton. Bruno não se senta em frente a Carlos. Arnaldo senta-se junto e à esquerda de Carlos. Sendo assim, é correto afirmar que</p> <p>(A) Carlos senta-se junto e à direita de Bruno.</p> <p>(B) Dalton e Bruno não estão juntos lado a lado.</p> <p>(C) Arnaldo senta-se junto e à esquerda de Dalton.</p> <p>(D) Carlos está em frente a Arnaldo.</p> <p>(E) Bruno senta-se junto e à esquerda de Dalton.</p>	<p>18. A proposta de vitaliciamento de Promotor de Justiça, em estágio probatório, deve ser encaminhada ao Conselho Superior do Ministério Público</p> <p>(A) pelo Procurador-Geral.</p> <p>(B) pelo Corregedor-Geral.</p> <p>(C) pela Escola Superior do Ministério Público.</p> <p>(D) pelo Colégio de Procuradores.</p> <p>(E) pelo Presidente da Comissão de Concurso.</p>
<p style="text-align: center;">Legislação (Estatuto do Ministério Público do Estado do Maranhão)</p> <p>16. Nos termos da Lei Complementar nº 13/91, a elaboração de perícias é competência</p> <p>(A) da Assessoria Técnica.</p> <p>(B) da Assessoria Jurídica.</p> <p>(C) da Assessoria Especial.</p> <p>(D) do Centro de Apoio Operacional.</p> <p>(E) dos professores da Escola Superior do Ministério Público.</p>	<p>19. Sobre a posse, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Maranhão, é correto afirmar que</p> <p>(A) é prorrogável a requerimento do interessado ou de ofício.</p> <p>(B) o prazo será contado a partir de 30 dias do término do impedimento, em se tratando de servidor em licença.</p> <p>(C) as atribuições contidas no respectivo termo não poderão ser alteradas unilateralmente, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.</p> <p>(D) não dependerá de prévia inspeção médica oficial, condição exigida para a entrada em exercício.</p> <p>(E) pode ser dada a todos servidores pelos Secretários de Estado.</p> <p>20. A elevação do servidor de uma para outra classe imediatamente superior, no mesmo cargo, dentro da mesma carreira, de acordo com o estabelecido no Plano de Carreiras, Cargos e Salários do Estado e legislação específica é denominada</p> <p>(A) acesso.</p> <p>(B) ascensão.</p> <p>(C) atribuição.</p> <p>(D) promoção.</p> <p>(E) convocação.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Considere as seguintes situações:

- I. No interior do domicílio A, por volta das 23 horas, Joana está sendo agredida fisicamente por seu marido José. Diana, vizinha do casal escuta a confusão e chama a polícia. A polícia chega ao local sem mandado judicial.
- II. No interior do domicílio B, por volta das 23 horas, encontra-se Margarido, criminoso perigoso, procurado pela polícia e amigo de Daniel morador e proprietário da referida moradia. Moradores da região reconheceram Margarido, e avisaram a polícia sobre o paradeiro do referido criminoso. A polícia chega ao local com mandado judicial.

Neste caso, de acordo com os direitos individuais e coletivos previstos na Constituição Federal brasileira, considerando que os moradores, tanto do domicílio A como no domicílio B não permitiram a entrada da polícia no interior das residências, é correto afirmar que a polícia

- (A) poderá violar o domicílio A, mas não poderá violar o domicílio B durante a noite, devendo esperar o período diurno.
- (B) poderá violar tanto o domicílio A como o domicílio B, tratando-se de exceções a inviolabilidade domiciliar previstas na Constituição Federal brasileira, independentemente do horário ou da existência de mandado.
- (C) poderá violar somente o domicílio B já que para a referida violação é necessário mandado judicial autorizando tal violação, independentemente do horário.
- (D) não poderá violar nenhum dos domicílios, já que casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
- (E) poderá violar somente o domicílio A já que se trata de flagrante delito, o que já não ocorre com o domicílio B que é inviolável independentemente do horário ou da existência de mandado.

22. Gilda, 13 anos de idade, Valquíria, 14 anos de idade, e Marília, 15 anos de idade, são irmãs. No final do ano pretendem viajar para visitar seus avós no estado do Rio de Janeiro. Assim, decidem procurar emprego objetivando recursos para a referida viagem. De acordo com a Constituição Federal brasileira,

- (A) todas as irmãs podem trabalhar, mas Gilda só poderá laborar na condição de aprendiz.
- (B) Gilda, Valquíria e Marília podem trabalhar, porém na condição de aprendiz.
- (C) somente Marília poderá trabalhar, porém na condição de aprendiz.
- (D) nenhuma das irmãs poderá trabalhar, inclusive na condição de aprendiz, que só é permitida a partir dos 16 anos.
- (E) somente Valquíria e Marília podem trabalhar, porém na condição de aprendiz.

23. Simoneta, portuguesa, é casada com o italiano Giovanni. Há três anos o casal mudou-se para o Brasil em razão da transferência de Giovanni para a filial da empresa empregadora na cidade de São Luís. O casal manteve residência fixa desde a transferência na referida capital. Ambos possuem idoneidade moral, não possuem condenação criminal e pretendem requerer a nacionalidade brasileira. De acordo com a Constituição Federal brasileira,

- (A) Simoneta e Giovanni não preenchem os requisitos constitucionais, sendo exigido para ambos residência no Brasil por quinze anos ininterruptos.
- (B) Simoneta e Giovanni preenchem os requisitos constitucionais.
- (C) somente Simoneta preenche os requisitos constitucionais.
- (D) Simoneta e Giovanni não preenchem os requisitos constitucionais, sendo exigido para Simoneta residência no Brasil por cinco anos ininterruptos e para Giovanni dez anos.
- (E) Simoneta e Giovanni não preenchem os requisitos constitucionais, sendo exigido para Simoneta residência no Brasil por cinco anos ininterruptos e para Giovanni quinze anos.

24. Considere a seguinte situação hipotética: Cristina é Prefeita da cidade de Imperatriz. Durante seu mandato, Djair, seu marido, foi eleito Governador do Estado do Maranhão. Nas próximas eleições para Prefeito, Cristina pretende se candidatar à reeleição e Dora, prima de Djair, pretende se candidatar a Vereadora do Município de Afonso Cunha. Nestes casos, de acordo com a Constituição Federal brasileira,

- (A) Cristina e Dora são inelegíveis.
- (B) não há inelegibilidade constitucional na hipótese para Dora e Cristina.
- (C) apenas Cristina é inelegível.
- (D) apenas Dora é inelegível.
- (E) Dora e Cristina só serão inelegíveis se possuírem a mesma filiação partidária.

25. De acordo com a Constituição Federal brasileira, caberá ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República,

- (A) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (B) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Presidente e diretores do banco central.
- (C) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Geral da República.
- (D) dispor sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal.
- (E) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.



<p>26. Considere:</p> <p>X = Presidente do Supremo Tribunal Federal. Y = Presidente do Senado Federal. Z = Presidente da Câmara dos Deputados.</p> <p>Na situação hipotética apresentada, de acordo com a Constituição Federal brasileira, em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, respectivamente,</p> <p>(A) X, Y e Z. (B) Y, Z e X. (C) Z, Y e X. (D) X, Z e Y. (E) Z, X e Y.</p>	<p>30. Considere as seguintes assertivas a respeito do Conselho Nacional do Ministério Público:</p> <p>I. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Congresso Nacional.</p> <p>II. Fazem parte da sua composição, dentre outros, quatro membros do Ministério Público da União e três membros do Ministério Público dos Estados.</p> <p>III. O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho.</p> <p>IV. Não compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação financeira do Ministério Público.</p> <p>Segundo a Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III. (B) I e III. (C) I, III e IV. (D) II e III. (E) II e IV.</p>
<p>27. Considere a seguinte situação hipotética: Caio é Presidente da República e está sendo acusado pelo crime tipificado pela conduta de <i>praticar ato que atente contra a segurança interna do País</i>. Neste caso, Caio ficará suspenso de suas funções</p> <p>(A) após a instauração do processo pelo Senado Federal. (B) se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal. (C) se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Superior Tribunal de Justiça. (D) após a instauração do processo pela Câmara dos Deputados. (E) após a instauração do processo pelo Congresso Nacional.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Direito Administrativo</p> <p>31. Benício tem um patrimônio pessoal avaliado em 500 mil reais. Seu pai que tinha um patrimônio pessoal avaliado em 300 mil reais, foi processado por improbidade administrativa, porém no curso da ação veio a falecer. A sentença foi condenatória às sanções da Lei de Improbidade, inclusive ao ressarcimento de danos causados ao Poder Público no montante de 350 mil reais. Nesse caso, Benício</p> <p>(A) assumirá a responsabilidade pela sanção de ressarcimento de danos até o limite do valor da herança. (B) assumirá a responsabilidade pela sanção de ressarcimento de danos com o valor integral de seu patrimônio pessoal. (C) não sucederá qualquer sanção imposta a seu pai em razão do cometimento do ato ímprobo. (D) assumirá as demais sanções da lei de improbidade, mas não o ressarcimento. (E) assumirá a responsabilidade pela sanção de ressarcimento de danos até o dobro do valor da herança.</p>
<p>28. Considere:</p> <p>I. Procurador-Geral da República. II. Advogado-Geral da União. III. Presidente do Supremo Tribunal Federal. IV. Presidente do Congresso Nacional.</p> <p>De acordo com a Constituição Federal brasileira, NÃO fazem parte da composição do Conselho Nacional de Justiça os indicados APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) I, II e III. (C) II e IV. (D) III e IV. (E) I, II e IV.</p>	<p>32. A avocação é atribuição própria do poder</p> <p>(A) de polícia. (B) disciplinar. (C) regulamentar. (D) hierárquico. (E) jurídico-normativo.</p>
<p>29. Segundo a Constituição Federal brasileira, os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo</p> <p>(A) Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, vedada a recondução. (B) Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução. (C) Presidente do Supremo Tribunal Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução. (D) Presidente do Supremo Tribunal Federal, para mandato de dois anos, vedada a recondução. (E) Chefe do Poder Executivo, para mandato de três anos, vedada a recondução.</p>	<p>33. O poder de polícia pode ser discricionário (o que ocorre na maioria das vezes) ou vinculado. A propósito do tema, considere:</p> <p>I. Autorização para porte de arma. II. Licença para dirigir veículos automotores. III. Licença para construir.</p> <p>A característica da discricionariedade está presente APENAS em</p> <p>(A) I. (B) I e II. (C) II e III. (D) III. (E) I e III.</p>



<p>34. De acordo com este princípio todos os usuários dos serviços públicos que satisfaçam as condições legais fazem jus à prestação do serviço, sem qualquer discriminação, privilégio, ou abusos de qualquer ordem. O serviço público deve ser estendido ao maior número possível de interessados, sendo que todos devem ser tratados isonomicamente. Trata-se do princípio da</p> <p>(A) cortesia. (B) atualidade. (C) generalidade. (D) continuidade. (E) modicidade.</p>	<p>38. Nos termos da Lei nº 8.429/92, ocorrendo lesão ao patrimônio público, dar-se-á o integral ressarcimento do dano. A lesão a que se refere o enunciado pressupõe</p> <p>(A) ação ou omissão, apenas dolosa, do agente ou de terceiro. (B) ato apenas comissivo e doloso, do agente ou de terceiro. (C) ação ou omissão, apenas dolosa, do agente. (D) ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro. (E) ato apenas comissivo, doloso ou culposo, do agente ou de terceiro.</p>
<p>35. Considere as assertivas a seguir:</p> <p>I. O ato administrativo ilegal que já produziu efeitos comporta, em regra, anulação.</p> <p>II. O ato administrativo ilegal que já produziu efeitos comporta revogação.</p> <p>III. O atestado pode ser objeto de revogação.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I e II, apenas. (B) I, apenas. (C) II e III, apenas. (D) I e III, apenas. (E) I, II e III.</p>	<p>39. Carlos, servidor público estadual, agiu negligentemente na conservação de imóvel pertencente ao Estado do Maranhão. Tal conduta está prevista na Lei nº 8.429/92, como</p> <p>(A) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública. (B) ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito. (C) hipótese excludente da caracterização de ato ímprobo. (D) mero ilícito administrativo-disciplinar, sujeito à sanção de advertência. (E) ato de improbidade administrativa causador de prejuízo ao erário.</p>
<p>36. Considere a seguinte assertiva: <i>A Administração Pública ao conceder determinada autorização ao administrado utilizou-se do atributo denominado "imperatividade" dos atos administrativos.</i> A imperatividade</p> <p>(A) não é atributo dos atos administrativos, porque deriva dos antigos <i>atos de império</i>, não mais existentes quando sobreveio o Estado Democrático de Direito. (B) está presente em todos os atos administrativos. (C) está presente apenas nos atos administrativos enunciativos, como as certidões. (D) só não está presente nos atos administrativos que impõem obrigações, porque estes já detêm o atributo da autoexecutoriedade. (E) não se aplica a atos administrativos que conferem direitos aos administrados, como a autorização.</p>	<p>40. Marcos, servidor público estadual, por imperícia, isto é, conduta meramente culposa, negou publicidade a ato oficial. Nos termos da Lei nº 8.429/92, a conduta em questão</p> <p>(A) caracteriza ato ímprobo causador de prejuízo ao erário. (B) caracteriza ato ímprobo atentatório aos princípios da Administração Pública. (C) não caracteriza ato ímprobo, pois não agiu com dolo. (D) caracteriza ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito. (E) não caracteriza ato ímprobo, pois, nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, Marcos não é considerado agente público.</p>
<p>37. NÃO há discricionariedade administrativa</p> <p>(A) quando a Administração opta entre a celebração do contrato ou a revogação de uma licitação, segundo razões de interesse público demonstradas. (B) na demissão do servidor público aplicada para atender a conveniência do serviço. (C) quando a lei prevê mais de uma forma possível para praticar o mesmo ato. (D) na exoneração <i>ex officio</i> do funcionário nomeado para cargo de provimento em comissão. (E) quando a lei prevê que, para a mesma infração, a Administração pode punir o funcionário com as penas de suspensão ou de multa.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Direito Civil</p> <p>41. Paulo é soldado do exército brasileiro e, após uma declaração de guerra entre o Brasil e outro país da América do Sul, é deslocado para o local de confronto e feito prisioneiro pelas tropas inimigas. Neste caso, Paulo terá declarada a sua morte presumida, independentemente de declaração de ausência, se não for encontrado até</p> <p>(A) um ano após o término da guerra. (B) dois anos após o término da guerra. (C) três anos, independentemente do término da guerra. (D) quatro anos após o término da guerra. (E) quatro anos, independentemente do término da guerra.</p>



<p>42. Sobre as associações, de acordo com o Código Civil brasileiro, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.</p> <p>(B) não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.</p> <p>(C) a exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.</p> <p>(D) a qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.</p> <p>(E) os associados devem ter iguais direitos, sendo vedado ao estatuto instituir categorias com vantagens especiais.</p>	<p>45. Sobre os negócios jurídicos, de acordo com o Código Civil brasileiro, é correto afirmar:</p> <p>(A) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à transferência de direitos reais sobre imóveis de valor igual ou superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.</p> <p>(B) É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou, e o prazo de decadência para postular a anulação é de 1 ano.</p> <p>(C) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia não se interpretam estritamente.</p> <p>(D) Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, não é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.</p> <p>(E) Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, incluído o dia do começo, e excluído o do vencimento.</p>
<p>43. Quanto aos bens, considera-se fungível</p> <p>(A) a joia de família.</p> <p>(B) a obra de arte de um determinado artista famoso.</p> <p>(C) o dinheiro.</p> <p>(D) um livro com edição esgotada.</p> <p>(E) um gado reprodutor.</p>	<p>46. Mauro e Mariana são casados e possuem um seguro residencial para o imóvel onde residem na cidade de São Luís. No início deste ano de 2013, o imóvel é invadido por meliantes que roubam diversos pertences de propriedade do casal. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, havendo cobertura contratual para o caso de roubo, Mauro e Mariana deverão acionar a seguradora e terão, para tanto, a partir do fato gerador, o prazo prescricional de</p> <p>(A) 3 anos.</p> <p>(B) 1 ano.</p> <p>(C) 2 anos.</p> <p>(D) 4 anos.</p> <p>(E) 5 anos.</p>
<p>44. Analise as seguintes assertivas sobre os defeitos dos Negócios Jurídicos, de acordo com o Código Civil brasileiro:</p> <p>I. Não se decretará a anulação do negócio no caso de lesão, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.</p> <p>II. Presumem-se de boa-fé e valem os negócios ordinários indispensáveis à manutenção de estabelecimento mercantil, rural, ou industrial, ou à subsistência do devedor insolvente e de sua família.</p> <p>III. A transmissão errônea da vontade por meios interpostos não é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) I e III.</p>	<p>47. Paulo é credor da quantia líquida de R\$ 20.000,00 de Renato, Maurício, José e Fernando, devedores solidários. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro,</p> <p>(A) se a dívida solidária interessar exclusivamente ao devedor Maurício, este não responderá por toda ela para com o devedor que pagar.</p> <p>(B) falecendo o devedor Maurício, deixando herdeiros, nenhum destes será obrigado a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário, e todos reunidos não serão considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores.</p> <p>(C) a remissão obtida pelo devedor Fernando junto a Paulo aproveita aos outros devedores, que ficam livres de qualquer pagamento.</p> <p>(D) Paulo não poderá renunciar à solidariedade em favor de um dos devedores, pois a renúncia só valerá se ocorrer em favor de todos os devedores.</p> <p>(E) não importará renúncia da solidariedade a proposição de ação por Paulo contra um ou alguns dos devedores.</p>



48. Miguel telefona para Regina e faz a ela uma oferta de compra do seu veículo usado pela quantia de R\$ 45.000,00 sem estipular um prazo para aceitação da oferta. Neste caso, a proposta
- (A) não será obrigatória, pois formulada por telefone e, conseqüentemente, para pessoa ausente.
- (B) é obrigatória e vinculará o proponente até a resposta de Regina ou, então, o cancelamento da oferta.
- (C) não será obrigatória, pois Miguel não estabeleceu um prazo para o aceite ou recusa de Regina.
- (D) deixará de ser obrigatória se Regina não aceitá-la imediatamente.
- (E) é obrigatória e vinculará o proponente pelo prazo de quinze dias.
-
49. Sobre o contrato de compra e venda, nos termos preconizados pelo Código Civil brasileiro, é INCORRETO afirmar:
- (A) Não sendo a venda a crédito, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.
- (B) É anulável, em regra, a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- (C) Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- (D) É ilícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, ainda que suscetíveis de objetiva determinação.
- (E) A fixação do preço pelas partes poderá ser submetida à taxa de mercado ou de bolsa, em certo e determinado dia e lugar.
-
50. Sobre o contrato de mandato, de acordo com o Código Civil brasileiro, é correto afirmar que
- (A) embora ciente da morte, interdição ou mudança de estado do mandante, deve o mandatário concluir o negócio já começado, se houver perigo na demora.
- (B) havendo poderes de substabelecer, serão imputáveis ao mandatário os danos causados pelo substabelecido, independentemente de ter ou não agido com culpa na escolha deste ou nas instruções dadas a ele.
- (C) o mandatário pode compensar os prejuízos a que deu causa com os proveitos que, por outro lado, tenha granjeado ao seu constituinte.
- (D) o terceiro que, depois de conhecer os poderes do mandatário, com ele celebrar negócio jurídico exorbitante do mandato, não tem em nenhuma hipótese ação contra o mandatário.
- (E) o mandante não é obrigado, em regra, a pagar ao mandatário a remuneração ajustada e as despesas da execução do mandato se o negócio não surtir o esperado efeito.

Noções de Direito Processual Civil

51. *O processo se origina por iniciativa da parte (nemo iudex sine actore ne procedat iudex ex officio), mas se desenvolve por impulso oficial (CPC 262)* (Nelson Nery Jr e Rosa Maria de Andrade Nery, Código de Processo Civil Comentado, 13. ed., 2013, p. 207). Trata-se do princípio de direito processual da
- (A) inércia ou dispositivo.
- (B) inafastabilidade da jurisdição.
- (C) celeridade processual.
- (D) instrumentalidade.
- (E) estabilidade da lide.
-
52. Sobre as condições da ação, nos termos do direito processual civil brasileiro, a decisão do Magistrado que ordena a citação
- (A) não gera preclusão, pois enquanto não saneado o processo poderá o Juiz reexaminar a questão sobre as condições da ação, desde que arguida pela parte contrária.
- (B) gera preclusão, pois as condições da ação deverão estar presentes no momento da propositura da ação.
- (C) não gera preclusão, pois enquanto não proferida a sentença, poderá o Juiz reexaminar a questão sobre as condições da ação, que se trata de matéria de ordem pública.
- (D) gera preclusão, uma vez que inexistente qualquer possibilidade de carência superveniente.
- (E) não gera preclusão, pois enquanto não transcorrido o prazo para contestação poderá o Juiz reexaminar a questão sobre as condições da ação.
-
53. Analise as seguintes situações sobre o impedimento ou suspeição do Juiz, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro:
- I. Paulo é Magistrado, titular de uma Vara da Família e das Sucessões da Comarca de São Luís. Sua vizinha Patricia está em processo de rompimento de sua relação conjugal com o marido Pedro, com quem teve três filhos e vai até a casa de Paulo, seu conhecido, solicitar algumas orientações e recebe alguns conselhos para o ajuizamento de ação para postular alimentos para os filhos menores do casal. Ajuizada a ação pelos filhos, representados pela genitora, ela é distribuída para a Vara da qual Paulo é titular.
- II. Moisés é advogado, irmão de Pedro, Magistrado titular de uma Vara Cível da Comarca de São Luís e ajuíza uma ação de indenização por danos materiais e morais em favor de um cliente, ação esta distribuída para a Vara da qual Pedro é Titular.
- III. Raimundo, Magistrado, atuou como perito em uma ação de cobrança de honorários advocatícios que Tício move contra Clavio, a qual tramita em uma determinada Vara Cível da Comarca de São Luís. Após ser aprovado no concurso da Magistratura, Raimundo é promovido para a Vara na qual tramita o processo em questão, que está pronto para ser sentenciado.
- As hipóteses acima versão correta e, respectivamente, sobre
- (A) impedimento, suspeição e impedimento.
- (B) suspeição, impedimento e impedimento.
- (C) suspeição, suspeição e impedimento.
- (D) impedimento, impedimento e suspeição.
- (E) suspeição, impedimento e suspeição.



<p>54. Sobre os atos processuais, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) É defeso lançar, nos autos, cotas marginais ou interlineares, cabendo ao juiz mandar riscá-las, impondo a quem as escrever multa correspondente à metade do salário mínimo vigente na sede do juiz.</p> <p>(B) A assinatura dos juizes, em todos os graus de jurisdição, pode ser feita eletronicamente, na forma da lei.</p> <p>(C) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.</p> <p>(D) Só poderá ser juntado aos autos documento redigido em língua estrangeira, quando acompanhado de versão em vernáculo, firmada por tradutor juramentado.</p> <p>(E) A desistência da ação produzirá efeito imediatamente, independentemente de homologação por sentença.</p>	<p>57. Peter ajuizou ação de despejo por falta de pagamento contra Josefa, referente a um imóvel residencial situado na cidade de São Luís/MA. Após a citação da ré, as partes peticionam em conjunto comunicando ao juízo uma convenção para suspensão do processo. Nesta hipótese, e de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, é correto afirmar que a suspensão do processo nunca poderá exceder a</p> <p>(A) 1 ano, e as partes precisam declinar o motivo da suspensão, que será devidamente avaliado pelo juízo da causa que decidirá pelo deferimento ou não do pedido.</p> <p>(B) 6 meses, e as partes precisam declinar o motivo da suspensão, que será devidamente avaliado pelo juízo da causa que decidirá pelo deferimento ou não do pedido.</p> <p>(C) 1 ano, e as partes não precisam declinar o motivo da suspensão, por se tratar de direito subjetivo.</p> <p>(D) 6 meses, e as partes não precisam declinar o motivo da suspensão, por se tratar de direito subjetivo.</p> <p>(E) 1 ano, e as partes precisam declinar o motivo da suspensão, mas o pedido não poderá ser indeferido pelo juízo da causa.</p>
<p>55. Mirian ajuizou ação de indenização contra uma determinada construtora, em decorrência do atraso da entrega de um empreendimento imobiliário onde ela adquiriu uma unidade. A carta de citação é expedida para o endereço antigo da construtora. O feito prossegue regularmente e a construtora ré, ao tomar conhecimento por acaso do processo, comparece em juízo, através de seu advogado, tão somente para arguir a nulidade absoluta do feito por vício de citação. Nesta hipótese,</p> <p>(A) o Magistrado, acolhendo os argumentos apontados pelo advogado da empresa ré, deverá promover nova citação no endereço correto da empresa.</p> <p>(B) o advogado da empresa agiu de forma inadequada, pois deveria ter ingressado em juízo imediatamente e apresentado contestação, independentemente de qualquer pronunciamento judicial.</p> <p>(C) considerar-se-á feita a citação na data em que o advogado da empresa for intimado da decisão que decretar a nulidade.</p> <p>(D) o Magistrado deverá determinar nova citação da empresa na pessoa do seu advogado, por carta ou via oficial de Justiça.</p> <p>(E) considerar-se-á feita a citação na data em que o advogado da empresa ré peticionou em juízo, e ele terá o prazo regular para apresentar a defesa cabível.</p>	<p>58. Mario ajuizou ação de cobrança contra Moisés, julgada extinta pelo Magistrado sem resolução de mérito. Nesta hipótese, nos termos preconizados pelo Código de Processo Civil brasileiro, Mario não poderá intentar novamente a ação se a extinção do processo ocorrer com fundamento na</p> <p>(A) ilegitimidade de parte.</p> <p>(B) perempção.</p> <p>(C) convenção de arbitragem.</p> <p>(D) desistência do autor.</p> <p>(E) confusão entre autor e réu.</p>
<p>56. Paula ajuizou ação declaratória de inexigibilidade de título contra a empresa "X", objetivando, em suma, questionar uma duplicata mercantil contra ela fraudulentamente sacada. Após o ajuizamento da demanda, Paula resolve alterar o pedido para incluir indenização por danos morais em decorrência do protesto indevido da cártula. Neste caso, analise as seguintes situações:</p> <p>I. Empresa "X" é citada, apresenta contestação e o feito é saneado.</p> <p>II. Empresa "X" é citada e o feito aguarda o decurso do prazo para resposta.</p> <p>III. Expedida carta de citação para a empresa "X" ainda sem o devido cumprimento.</p> <p>Indique, nos termos preconizados pelo Código de Processo Civil brasileiro, dentre as hipóteses acima, quando Paula poderá alterar o pedido, somente com a anuência da parte contrária:</p> <p>(A) II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) I e III.</p>	<p>59. Sobre as provas, na forma estabelecida pelo Código de Processo Civil brasileiro, é correto afirmar:</p> <p>(A) O cego, quando a ciência do fato depender do sentido que lhe falta, é considerado impedido de prestar depoimento como testemunha.</p> <p>(B) A confissão judicial faz prova contra o confitente, prejudicando, conseqüentemente, os litisconsortes.</p> <p>(C) O documento, feito por oficial público incompetente, sendo subscrito pelas partes, tem a mesma eficácia probatória do documento público.</p> <p>(D) Na exibição de documentos, o juiz não admitirá a recusa pelo requerido se o documento, por seu conteúdo, for comum às partes.</p> <p>(E) A admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis, vale como confissão.</p> <p>60. Sobre o cumprimento da sentença, analise as seguintes assertivas:</p> <p>I. O cumprimento de sentença efetuar-se-á perante o juízo que processou a causa em primeiro lugar, mas o exequente poderá optar pelo juízo do local onde se encontram bens sujeitos à expropriação ou pelo do atual domicílio do executado, casos em que a remessa dos autos do processo será solicitada ao juízo de origem.</p> <p>II. A sentença estrangeira homologada pelo Tribunal Regional Federal é considerada título executivo judicial.</p> <p>III. Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor não é lícito promover simultaneamente a execução daquela e a liquidação desta.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Civil brasileiro está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I.</p>